

Bom dia a todas e todos.

É uma grande satisfação estar aqui, neste encontro da Rede de Engenharia Preta, diante de engenheiras e engenheiros negros que representam competência, trajetória, compromisso público e futuro.

Quero começar dizendo algo com muita clareza: a engenharia brasileira só será plenamente forte quando for plenamente diversa. E isso não é apenas uma questão de representação. É também uma questão de justiça, de qualidade institucional e de capacidade real de responder ao Brasil que existe.

A presença de pessoas negras neste espaço tem um significado especial. Ela nos lembra que a engenharia não é apenas cálculo, obra e tecnologia. Ela é também território, vida concreta, circulação de oportunidades, proteção de direitos e construção de futuro. E é justamente por isso que o Clube de Engenharia do Brasil valoriza muito este encontro.

O Clube é uma casa histórica da engenharia brasileira que está sempre aberta, viva e conectada com os desafios do nosso tempo. É um espaço de agregação, de escuta, de articulação e de fortalecimento de redes.

Quero que vocês saibam que o Clube se dispõe a servir como ponto de encontro, de debate, de formação e de cooperação para essa agenda.

E por que isso é tão importante? Porque a engenharia, no Brasil, sempre esteve ligada à forma como o país se organiza. Ela participa da construção das cidades, das redes de saneamento, da mobilidade, da habitação, da saúde, da educação, das infraestruturas de proteção, da energia, das comunicações, da drenagem, do uso do solo e da ocupação dos territórios.

Isso significa que a engenharia pode tanto reproduzir desigualdades quanto ajudar a superá-las.

Quando olhamos para a realidade brasileira, vemos que o racismo não se manifesta apenas em atos individuais de discriminação. Ele está presente no cotidiano.

Um olhar antirracista nos deve permitir ver, por exemplo, que ele aparece no **racismo ambiental**, quando populações negras e periféricas são as mais

expostas à poluição, à falta de saneamento, às enchentes, aos deslizamentos, às ilhas de calor e à ausência de infraestrutura básica.

Em muitos casos, os maiores riscos ambientais recaem sempre sobre os mesmos territórios. Isso mostra que o ambiente não é neutro. O ambiente também é produzido socialmente, e ele pode carregar marcas profundas de desigualdade racial.

Ele aparece no **racismo habitacional**, quando a população negra é historicamente empurrada para os territórios com menor investimento público, menor segurança, menor qualidade construtiva e menor acesso ao direito à cidade.

Isso se expressa na precariedade da moradia, nas remoções forçadas, na dificuldade de regularização fundiária, na distância dos empregos, na fragilidade da infraestrutura urbana e na baixa proteção contra riscos físicos e sociais. A moradia, nesse contexto, deixa de ser apenas um teto e passa a ser um indicador concreto de desigualdade racial.

Ele aparece também no **racismo demográfico**, quando a própria estrutura da população e seus indicadores revelam desigualdades profundas entre grupos raciais. Expectativa de vida, mortalidade, adoecimento, deslocamento, acesso a serviços e permanência no território não são números neutros. Eles contam uma história. E essa história mostra que o racismo molda oportunidades, vulnerabilidades e condições de existência ao longo do tempo.

E ele aparece ainda no **racismo da mobilidade urbana**, quando bairros negros e periféricos recebem menos linhas de transportes públicos, trajetos mais longos, integração pior e infraestrutura inferior.

Isso faz com que a população negra, muitas vezes, gaste mais tempo, mais energia e mais dinheiro para chegar ao trabalho, à escola, à saúde e aos serviços básicos. A cidade, nesse caso, distribui de forma desigual não apenas o espaço, mas também o tempo. E o tempo também é um direito.

Essas dimensões estão conectadas. Elas mostram que o racismo estrutura a vida a partir do território, da habitação, da mobilidade, da exposição ao risco e do acesso à proteção, entre muitas outras formas que afetam as vidas, a saúde, o ensino, a cultura, o lazer.

É aí que a engenharia entra de forma decisiva.

A engenharia pode ser parte do problema quando planeja sem olhar para a desigualdade, quando distribui infraestrutura de forma concentrada, quando ignora as vozes dos territórios mais vulnerabilizados e quando trata os impactos sociais como um detalhe secundário. Nesse caso, a técnica pode até parecer neutra, mas na prática ela reforça assimetrias já existentes.

Mas a engenharia tem a obrigação de ser parte da solução.

Ela deve agir contra o racismo ambiental quando prioriza saneamento, drenagem, contenção de encostas, abastecimento de água, coleta de resíduos, arborização e adaptação climática nos territórios mais expostos.

Pode agir contra o racismo habitacional quando apoia urbanização de assentamentos, regularização fundiária, qualificação de moradias e habitação de interesse social com dignidade.

Pode enfrentar o racismo da mobilidade quando projeta sistemas mais acessíveis, integrados, seguros e eficientes, pensando especialmente em quem depende do transporte público.

E pode contribuir contra o racismo demográfico quando usa dados e planejamento para identificar desigualdades, orientar investimentos e corrigir assimetrias históricas.

Para isso, a engenharia precisa assumir uma postura ética mais profunda.

Não basta que uma obra funcione no papel. Ela precisa funcionar para as pessoas.

Não basta que um projeto seja tecnicamente correto. Ele precisa ser socialmente justo.

E não basta que uma infraestrutura esteja pronta. Ela precisa proteger vidas, ampliar direitos e reduzir desigualdades.

Nesse ponto, é impossível falar de engenharia negra no Brasil sem lembrar de três nomes fundamentais: **André Rebouças, Teodoro Sampaio e Enedina Alves Marques.**

André Rebouças foi um dos grandes intelectuais e engenheiros brasileiros do século XIX e fundador do nosso Clube de Engenharia do Brasil. Sua trajetória nos lembra que o pensamento técnico nunca esteve separado das grandes questões nacionais, como a escravidão da qual foi um combatente; o desenvolvimento e a justiça social.

Teodoro Sampaio é outra referência fundamental, nascido escravizado, formou-se engenheiro, intelectual, estudioso do território e da formação do Brasil, ele representa a profundidade de uma contribuição negra que muitas vezes foi silenciada pela história oficial.

E Enedina Alves Marques, primeira mulher negra a se formar em engenharia no Brasil, é símbolo de coragem, excelência e superação, mas também de um país que demorou demais para reconhecer plenamente o talento negro em suas instituições.

Essas trajetórias não são apenas memória. Elas são responsabilidade. Elas nos lembram que a presença negra na engenharia não é exceção: é parte constitutiva da história da profissão e do país. E são também um chamado para o presente.

Um chamado para que a engenharia brasileira reconheça a força de seus profissionais negros, valorize suas trajetórias e crie condições para que mais jovens possam entrar, permanecer e liderar.

É por isso que encontros como este são tão importantes. Eles não apenas reúnem profissionais. Eles constroem pertencimento. Eles fortalecem identidade. Eles produzem rede. E produzem, acima de tudo, a possibilidade de uma engenharia mais justa, mais plural e mais comprometida com o Brasil real. Uma engenharia que pense e trabalhe pelo desenvolvimento do país. Que defenda a democracia em toda sua dimensão.

Da parte do Clube de Engenharia do Brasil, quero deixar um convite explícito: que este não seja apenas um encontro simbólico, mas o início ou o aprofundamento de uma parceria concreta.

Queremos que o Clube seja um espaço útil para a Rede de Engenharia Preta. Queremos abrir portas para reuniões, seminários, rodas de conversa, formações, lançamentos, articulações e projetos. Contem com a

nossa estrutura como um lugar de apoio, de circulação de ideias e de construção coletiva. Estamos aqui no Centro do Rio, na Avenida Rio Branco, perto do Metrô.

Acreditamos que instituições fortes são aquelas que sabem acolher, dialogar e se renovar. E a engenharia brasileira precisa dessa renovação. Precisa de mais diversidade, mais escuta, mais responsabilidade social e mais compromisso com a reparação das desigualdades históricas.

Então, eu quero concluir com uma mensagem simples e direta: o desafio da engenharia no Brasil não é apenas construir melhor. É construir com justiça.

É construir olhando para o território, para a moradia, para a mobilidade, para o ambiente e para as pessoas que historicamente ficaram em desvantagem. É construir um país em que a técnica sirva à dignidade humana.

Que este encontro seja um marco de aproximação, de respeito e de parceria. E que o Clube de Engenharia do Brasil esteja, daqui em diante, cada vez mais próximo dessa construção coletiva.

Muito obrigado.